



RESOLUÇÃO ANP Nº 851, DE 20 DE SETEMBRO DE 2021 - DOU DE  
21.09.2021

*Regulamenta o procedimento de fiscalização de segurança operacional das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural baseado na avaliação da eficácia do sistema de gestão implementado, na identificação e na verificação de saneamento de não conformidades e estabelece os casos passíveis de concessão de prazo para adequação aos regulamentos técnicos de gerenciamento de segurança operacional da ANP.*

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta do Processo nº 48610.219688/2020-08 e as deliberações tomadas na 1.063ª Reunião de Diretoria, realizada em 16 de setembro de 2021, RESOLVE:

CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** Fica regulamentado o procedimento de fiscalização de segurança operacional das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural baseado na avaliação da eficácia do sistema de gestão implementado, na identificação e na verificação de saneamento de não conformidades e ficam estabelecidos os casos nos quais será concedido prazo para as operadoras de contrato de exploração e produção de petróleo e gás natural se adequarem ao disposto nos regulamentos técnicos da ANP que disciplinam sistemas de

gerenciamento de segurança operacional.

Parágrafo único. Nas hipóteses de concessão de prazo a que se refere o caput não haverá aplicação imediata das penalidades previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999.

**Art. 2º** Para os fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições:

I - ação corretiva: ação para eliminar as causas de uma não conformidade e para prevenir sua recorrência;

II - ação preventiva: ação para eliminar as causas de uma potencial não conformidade ou outra situação potencialmente indesejável;

III - evidência objetiva: dado relevante e verificável, qualitativo ou quantitativo, fundamentado em fatos tais como registros ou relatórios de ocorrências, registros fotográficos, documentos digitais ou impressos, procedimentos, entrevistas, medições ou testes;

IV - não conformidade: não atendimento a requisito de regulamento técnico publicado pela ANP que discipline sistema de gerenciamento de segurança operacional e cuja ocorrência é demonstrada por meio de evidências objetivas;

V - não conformidade crítica: não conformidade que represente ou possa gerar risco grave e iminente às pessoas, ao meio ambiente e ou à instalação;

VI - não conformidade grave: falha ou falta recorrente ou sistêmica de atendimento a requisito técnico que possa gerar como consequência fatalidades, ferimentos graves ou danos severos ao meio ambiente; ou falha pontual relacionada a elementos críticos de segurança operacional que possa gerar as consequências expressas neste inciso;

VII - não conformidade leve: falha ou falta pontual de atendimento a requisito técnico sem aparente potencial de gerar as consequências da não conformidade grave, desde que não relacionada a elementos críticos de segurança operacional;

VIII - não conformidade moderada: falha ou falta recorrente ou sistêmica de atendimento a requisito técnico sem aparente potencial de gerar como consequências fatalidades, ferimentos graves ou danos severos ao meio ambiente; ou falha pontual relacionada a elementos críticos de segurança operacional que não possa gerar as consequências expressas neste inciso; e

IX - saneamento de não conformidade: eliminação das evidências objetivas, e implementação de ações corretivas e ações preventivas pelo agente regulado, com a demonstração do atendimento ao requisito do regulamento técnico da ANP violado, por meio de evidências, de maneira estruturada, verificável e documentada.

## CAPÍTULO II

### FISCALIZAÇÃO DE SEGURANÇA OPERACIONAL BASEADA EM NÃO CONFORMIDADE

#### Seção I

##### Identificação e Graduação de Não Conformidade

**Art. 3º** A ANP, em suas ações de fiscalização, identificará e graduará a não conformidade referente a qualquer instalação ou conjunto de instalações, por meio de evidências objetivas.

Parágrafo único. Quando a ANP verificar, fundamentadamente, a possibilidade de que uma não conformidade identificada durante a ação de fiscalização no âmbito de uma instalação ocorra em outras instalações do mesmo agente regulado, este poderá ser notificado a implementar as ações de identificação e saneamento de não conformidade naquelas instalações.

**Art. 4º** A não conformidade identificada pela ANP durante a ação de fiscalização deverá ser graduada como:

I - crítica;

II - grave;

III - moderada; ou

IV - leve.

Parágrafo único. O agente regulado será comunicado da decisão quanto à graduação atribuída pela ANP.

#### Seção II

##### Não Conformidade Crítica

**Art. 5º** A identificação de evidência objetiva que represente ou possa gerar risco grave e iminente às pessoas, ao meio ambiente e ou à instalação ensejará, cumulativamente, a lavratura de:

I - auto de interdição total ou parcial da instalação, sistema, equipamento ou procedimento;

II - auto de infração; e

III - não conformidade crítica.

Parágrafo único. Não será lavrado o auto de interdição quando forem adotadas, durante a ação de fiscalização, providências capazes de cessar os riscos verificados.

**Art. 6º** A ANP divulgará no seu sítio eletrônico na internet ([www.gov.br/anp](http://www.gov.br/anp)) as não conformidades críticas identificadas em fiscalização.

### Seção III

#### Obrigações do Agente Regulado e Prazo Para Saneamento da Não Conformidade

**Art. 7º** O agente regulado deverá promover o saneamento da não conformidade, obrigando-se a manter o registro documental, na forma digital ou impressa, de todas as evidências objetivas relacionadas às ações implementadas e em implementação, para fins de verificação e avaliação pela ANP.

**Art. 8º** Os prazos para saneamento da não conformidade, contados a partir da notificação, serão de:

I - trinta dias, para não conformidade grave;

II - noventa dias, para não conformidade moderada; ou

III - cento e oitenta dias, para não conformidade leve.

### Seção IV

#### Verificação do Saneamento da Não Conformidade

**Art. 9º** A ANP verificará as ações implementadas para promover o saneamento da não conformidade previamente identificada, e classificará a não conformidade

como:

I - sanada, caso comprovado o saneamento da não conformidade; ou

II - não sanada, nas demais situações.

Parágrafo único. A ANP poderá reconsiderar a decisão que reconhece o saneamento da não conformidade, caso verifique, em ações de fiscalização ou em incidentes operacionais, que as ações corretivas e as ações preventivas implementadas não produziram o resultado pretendido.

**Art. 10.** A ANP lavrará auto de infração quando:

I - a não conformidade previamente identificada for classificada como não sanada;

II - o saneamento da não conformidade for intempestivo;

III - após notificado, o agente regulado deixar de implementar as ações de identificação e saneamento de não conformidade nas instalações; ou

IV - for identificada evidência objetiva que represente ou possa gerar risco grave e iminente às pessoas, ao meio ambiente e ou à instalação, nos termos do art. 5º

§ 1º Na hipótese do inciso II do caput não será lavrado o auto de infração caso o agente regulado demonstre de maneira estruturada, verificável e documentada:

I - os fatos que impediram a conclusão das ações necessárias nos prazos estabelecidos;

II - que a eliminação das evidências objetivas, as ações corretivas e as ações preventivas foram implementadas, no menor prazo possível, considerando a complexidade das ações e o risco envolvido;

III - que designou os setores ou funcionários responsáveis pela implementação das ações;

IV - que, no prazo previsto no art. 8º, iniciou as ações corretivas e as ações preventivas;

V - que, no prazo previsto no art. 8º, implementou medidas mitigadoras e de

controle, autorizadas por nível gerencial adequado, necessárias para evitar um nível não tolerável de risco; e

VI - que, até o saneamento, manteve as medidas mitigadoras e de controle dos riscos.

§ 2º A documentação a que se refere o § 1º deve ser mantida pelo agente regulado por cinco anos contados a partir da data da notificação prevista no art. 8º

§ 3º A lavratura do auto de infração e a eventual aplicação da penalidade não eximem o agente regulado de promover o saneamento da não conformidade que deu origem à autuação.

## Seção V Incidentes Operacionais

**Art. 11.** A ANP poderá notificar o agente regulado para que promova o saneamento de não conformidades identificadas em decorrência da investigação de incidente conduzida pela ANP, sem prejuízo da lavratura de auto de infração relacionado ao descumprimento de requisito de segurança operacional.

## Seção VI Transferência de Titularidade

**Art. 12.** Caso a instalação seja transferida, cedida ou passe a prestar serviço a outro agente regulado após a ação de fiscalização, este será responsável perante a ANP pelas não conformidades já identificadas nos termos do art. 3º

Parágrafo único. Em caso de transferência da titularidade de direitos e obrigações decorrentes da cessão de contrato de exploração e produção de petróleo e gás natural, a responsabilidade citada no caput será assumida pela cessionária sem prejuízo da responsabilidade solidária entre cedente e cessionária, nos termos do art. 8º da Resolução ANP nº 785, de 16 de maio de 2019.

## CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 13.** Ficam revogados:

I - a Resolução ANP nº 37, de 28 de agosto de 2015; e

II - o inciso III do art. 4º da Resolução ANP nº 836, de 18 de dezembro de 2020.

**Art. 14.** Esta Resolução entra em vigor em 1º de outubro de 2021.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA  
Diretor-Geral

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da União.*

Atos que alteram, regulamentam ou revogam esta Resolução:

*Nenhum Ato.*

Atos que são alterados, regulamentados ou revogados por esta Resolução:

[Resolução nº 836/2020 de 21/12/2020](#) - **Norma revogada**

[Resolução nº 37/2015 de 28/08/2015](#) - **Norma revogada**